

A mídia, a memória e a história: a escrita do novo acontecimento histórico no tempo presente¹

Sônia Meneses*

Resumo: Este artigo pretende discutir alguns elementos do processo de escrita histórica a partir da produção midiática, processo aqui denominado de operação midiográfica. Este conceito objetiva sistematizar as interconexões entre a mídia, história e memória, demonstrando que tais campos partilham de pressupostos fundadores, embora em diferentes graus de conformação. Ainda que o conceito dê conta de um processo amplo que vai da escritura do evento na cena pública, à sua inscrição posterior como ocorrência emblemática no tempo, a ênfase desta publicação recairá sobre os elementos que antecedem a elaboração da notícia propriamente dita. Para tanto, são analisados manuais de redação e projetos editoriais do *Jornal Folha de São Paulo* a fim de demonstrar que esta produção carrega elementos tanto do campo historiográfico tradicional como da própria escrita midiática, produzindo posteriormente um conhecimento histórico específico do nosso tempo.

Palavras-chave: Operação Midiográfica. Mídia. História. Memória.

* Professora de teoria da história da Universidade Regional do Cariri-URCA, doutora em História pela Universidade Federal Fluminense-UFF, mestre em história social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Estuda as relações entre história e mídia, tempo presente e teoria da história. Endereço para correspondência: sonia.meneses@gmail.com.

Introdução

Em torno a uma grande mesa redonda estão a secretária de Redação e os editores. Sobre a mesa, microfones e alto-falantes: as sucursais do Rio e de Brasília participam da discussão. Nas paredes da austera sala, reproduções de históricas primeiras páginas e suas manchetes. Jânio renunciou. Anunciado o acordo de paz no Vietnã. Polícia federal invade Folha. Impeachment! Acidente mata Ayrton Senna. Brasil é tetra... A História, com H maiúsculo, está ali, há 80 anos².

A história está ali. Mas não qualquer uma, somente aquela digna de ser substantivada com o “h” maiúsculo, adverte o escritor e colunista da Folha, Moacyr Scliar³: a história de caráter universal; o coletivo singular que se manifesta para o escritor quase como instância transcendental. O *Theatrum mundi*, inaugurado entre a queda da Bastilha e Waterloo, lembra-nos Agnes Heller (1993) ao se referir à expressão cunhada por Danton em plena Revolução Francesa. Tal pressuposto simbolizava exatamente o caráter reflexivo e universalista alcançado pela história ocidental na modernidade, o que para muitos autores refere-se à própria consciência do mundo histórico.

Como que a velar os jornalistas em sua oficina diária, a história “estava” ali para não os deixar esquecer que as notícias produzidas em torno da “grande mesa redonda” poderiam ser também primeiras páginas a figurar na “austera” parede dos grandes acontecimentos. Assim sendo, as palavras de Scliar nos chamam atenção para outra questão: na visão do jornalista, a história não somente estava, mas, era feita ali.

É com a imagem da redação que começo este artigo. Assim, o espaço da redação pode ser visto como a representação da oficina jornalística e do trabalho de elaboração das notícias e acontecimentos contemporâneos. Ao partir dela, quero lembrar também o complexo trabalho de sistematização e reflexão ao qual estão submetidos os eventos antes de se tornarem objetos de apropriação através da sua escritura no espaço público. Antes mesmo de se tornarem inscrição memorável. Pois, como reconhece o próprio texto de Scliar:

[...] o conjunto dos assuntos a serem abordados, e que podem dar notícias de interesse pelo número de pessoas a quem esta notícia possa afetar, pela repercussão, a curto ou longo prazo, do acontecimento em termos sociais, políticos, econômicos. Superfície, mas também profundidade. Presente, mas também futuro (SCLiar: 27/09/2007).

Passado 48 anos de 1964, a imagem do *Jornal Folha de São Paulo* como um jornal “crítico, democrático, apartidário e plural” é o que podemos definir como um bem articulado projeto de re-significação da memória e uma engenhosa operação de esquecimento programado sobre sua conduta de apoio e alinhamento com os governantes militares durante quase todo o período em que esses permaneceram no poder.

Para a grande maioria dos leitores do jornal, ele é lembrando por seu engajamento na campanha da anistia, sendo sua imagem imediatamente associada às grandes campanhas em defesa da democracia como as Diretas em 1985, ou o movimento pelo *impeachment* do presidente Collor de Mello, em 1992, marcos estabelecidos pelo próprio jornal para destacar sua atuação política.

Entretanto, além da atuação social e política exercida por esse grupo de mídia, frente às ocorrências daquele ano de 1964, interessa-me abordar neste artigo outra questão que considero igualmente importante para compreendermos as formulações de sentidos sobre o passado e os acontecimentos emblemáticos em nossos dias: o agenciamento de significados e a produção de narrativas de caráter histórico pelos meios de comunicação. Refiro-me, principalmente, a uma sofisticada engenharia de sistematização de conceitos e metodologias que ajudam na composição de poderosas tessituras nas quais, passado, presente e futuro são constantemente mobilizados. Uma atitude de reflexão sobre o passado que se situa fora do campo da história e que se elabora em um tipo particular de escrita. Esta, por sua vez, congrega tanto elementos do campo historiográfico tradicional, como do próprio lugar da produção midiática.

Dessa forma, minhas interrogações aqui são de dois tipos: aquelas que se referem à atuação social dos meios de comunicação

e à sua interferência na efetivação de eventos emblemáticos na contemporaneidade e, por outro lado, às que tratam da problematização do caráter epistemológico-conceitual da reflexão desses mesmos eventos produzida nesses veículos. As formas de elaboração de narrativas nas quais se evidenciam um trabalho de sistematização sobre o passado, interferindo, conseqüentemente, na produção de memória e esquecimento.

Dessa maneira, configura-se minha hipótese principal: em nossos dias, a mídia atua na elaboração, tanto de acontecimentos emblemáticos, como de um tipo específico de conhecimento histórico a partir de narrativas que operam com categorias temporais na fundação de sentidos históricos destacando, especialmente, a relação entre três dimensões fundamentais: a mídia, a memória e a história. A fim de tentarmos compreender tais questões, sugiro pensá-las a partir de um processo que denomino de operação midiográfica, que por sua vez se ordena ao menos em dois momentos fundamentais: a escritura de eventos na cena pública e a inscrição memorável de acontecimentos na duração⁴.

Os pesquisadores das mídias e, sobretudo, os historiadores que se depararem com esse conceito, logo perceberão sua referência àquele brilhantemente postulado pelo historiador Michel de Certeau naquilo que ele denominou de *operação historiográfica* (CERTÉAU, 2002). Mas embora a inspiração seja inegável, uma vez que trato também de compreender os elementos que informam a produção midiática, caminharei por lugares diferentes daqueles trilhados por Certeau, pois minha primeira hipótese será justamente defender a ideia de que há a elaboração de uma escrita da história de forma sistematizada fora do próprio campo da ciência histórica através dos meios de comunicação, tanto em suas narrativas cotidianas, como por profissionais ligados a ele que se propõem à reflexão sobre os eventos passados.

Assim, minha intenção é questionar ainda que tipo de produção “historiográfica” é essa. Que elementos epistemológicos a informam e de que maneira essa produção, advinda do campo jornalístico, legitima-se como conhecimento histórico socialmente válido, muitas vezes com mais facilidade do que a própria produção do campo dos historiadores de ofício. Uma produção que

lida com elementos difusos e intercambiáveis, mas que consegue se estabelecer como prática narrativa que elabora complexas formulações sobre o tempo. Passado, presente e futuro percorrem, dessa forma, fluxos de significação que ajudam a fundar eventos emblemáticos contemporâneos, operando em uma linha de distensão que vai da escritura do acontecimento na cena pública à sua inscrição como referente de significação memorável no tempo. Uma ação compreendida numa relação no espaço e no tempo, ou para nos remetermos aos conceitos trabalhados por Koselleck (2006), espaço de experiência e horizontes de expectativa.

Além das questões apontadas por Michel de Certeau, as quais ajudaram a problematizar a escrita da história, serviram como importantes norteadores teóricos na formulação do conceito de operação midiográfica, as proposições de Paul Ricoeur colocadas sobre a análise dos elementos que compõem a compreensão narrativa, bem como suas reflexões sobre as relações entre história, memória e esquecimento em nossos dias.

Dessa forma, o conceito de operação midiográfica tanto funciona para falar de práticas e elementos que conformam a produção midiática – aqueles elementos sociais e teóricos que conformam a notícia, como sua posterior reprodução e resignificação em vários ciclos hermenêuticos de significação no tempo. Este momento tem início quando o produto se torna resíduo, rastro de informação que transpõe a temporalidade no qual foi elaborado. A escritura se torna inscrição, mas também, nova forma de escrita resignificada em outra temporalidade. Realiza-se assim a inscrição de novos significados no cotidiano, ou seja, aquilo que imprime, monumentaliza e institui marcos memoráveis no tempo e no espaço. Elementos simbólicos são colocados em ação tanto no momento da escritura do evento na cena pública, como em sua inscrição no tempo.

Portanto, como resaltei anteriormente, a operação midiográfica efetivar-se-á em duas grandes fases intercambiáveis, porém distintas: a escritura dos eventos na cena pública e a inscrição desses eventos como marco emblemático no tempo. Aqui serão investigados especificamente, os pressupostos que informam as notícias com as quais nos deparamos no cotidiano. Dessa maneira, pretendo chamar atenção para que existem enquadramentos de sentido

que antecedem a própria efetivação do acontecimento num dado tempo. Elementos que ajudam a definir o que deve ser tomado como importante e, assim, publicizado e escriturado na cena pública; isso pode ser compreendido a partir da análise de projetos editoriais e manuais de redação populares no fazer jornalístico desde os anos 50. Recorrerei algumas vezes ao exemplo do Golpe de 1964, para tornar minha exposição mais clara, embora não seja minha intenção, aqui, aprofundar o acontecimento nesse momento.

Produção historiográfica e elaboração das notícias: aproximações, diferenças e tensões

Ao refletirmos sobre acontecimentos históricos contemporâneos, como o Golpe de 1964, perceberemos uma peculiaridade que será comum a boa parte dos eventos emblemáticos de nosso tempo, ou seja, são elaborados a partir de uma tripla constituição: evento midiático, construído diariamente a partir de notícias veiculadas na grande imprensa; evento memorial, elaborado em narrativas insistentes de “revisão”, “reflexão”, “reavaliação” do passado; e também, acontecimento histórico historiográfico, na medida em que a partir de um dado momento se tornam objeto de reflexão na produção acadêmica durante as últimas décadas do século XX. Devemos considerar também que na própria narrativa midiática e historiográfica esses elementos se misturam tornando as fronteiras entre mídia, memória e história bastante tênues.

Todavia, antes de se tornar notícia, evento midiático ou acontecimento histórico, há um conjunto de prescrições que prepara a formulação dessas ocorrências na cena pública. Elementos que se estruturam num conjunto de hierarquizações e escolhas que tentam ordenar sentidos sobre o que ainda irá ocorrer. Pensando dessa maneira, podemos dizer que há uma preparação de enquadramento sobre o futuro.

Nesse caso, é necessário considerar que todo acontecimento que passa a fazer parte de um circuito comunicacional qualquer, deve ser compreendido dentro de um universo de significação complexo e variado que o inscreve muito além da condição de “acontecência”, desta forma, estabelece-se uma diferença fundamental entre even-

to ocorrido e evento significado, sobretudo, quando consideramos que os elementos de significação são a própria condição de existência e permanência de qualquer evento no tempo, o que nos leva a compreendê-los, portanto, como ocorrências sociais, linguísticas, políticas e ideológicas.

Antes de se tornar o acontecimento histórico evocado insistentemente em nossos manuais de história, nos filmes, programas de televisão e jornais, o Golpe de 1964 foi submetido a uma dada forma de escrever os acontecimentos na cena pública; um trabalho que tem início a partir do estabelecimento de hierarquias sobre a dispersão instaurada no cotidiano. Antes do acontecimento se efetivar na cena pública, uma ordenação de sentidos já começa a se realizar nas próprias definições do que vem a ser a informação relevante e como ela deve ser publicada em tais recursos.

Nesse processo, a formulações dos manuais das redações, nomeadamente, a partir da segunda metade do século XX, nos dá indícios relevantes para começarmos a pensar os elementos dessa escritura. Sua produção já se constituía em uma prática no jornalismo brasileiro desde os anos 50, quando os jornais Diário Carioca (1951) e Tribuna da Imprensa (1953) lançaram, respectivamente, seus manuais. Contudo, é somente nos anos 70 e 80 do século XX, que essa ordenação se delineia como mais nitidez nos jornais de grande circulação no Brasil

No jornal *Folha de São Paulo* a intervenção mais significativa nesse sentido ocorreu ainda no final dos anos 40, quando José Nabatino – proprietário que antecedeu o grupo Frias-Caldeiras na direção do jornal – lançou um conjunto de ações responsáveis pela concretização de dois aspectos capitais na postura do jornal, os quais perduraram na administração seguinte: a definição do jornal como veículo empresarial voltado para a classe média e a padronização das primeiras normas da redação, no que ficou conhecido como “*Programa de ação das Folhas*” publicado no jornal *Folha da Manhã*, em 17 de julho de 1948. Nele tornava-se explícita a intenção do jornal em separar radicalmente opinião de informação: “[...] em razão dos diferentes aspectos da atividade jornalística, devem considerar-se separadamente a informação, a opinião, a colaboração e as fontes de receita” (*Folha da Manhã*: 13/7/1948 In: MOTA; CAPELATO, 1981, p. 134).

O desafio colocado nessas normas era, sobretudo, organizar o trabalho jornalístico de forma a torná-lo capaz de produzir uma mercadoria racionalizada que atingisse um público cada vez mais amplo. Por outro lado, a partir da formação dos cursos de jornalismo, responder à questão “por que as notícias são como são?”, significava a tentativa de compreender o produto final chamado notícia e interrogar sobre os caminhos percorridos até termos, nas bancas de jornal, as manchetes do dia para daí, avaliar sua influência na vida das pessoas e no cotidiano no qual se situavam.

Dessa maneira, aos pensarmos o processo que organiza essa produção, devemos considerá-lo a partir de ações difusas que, embora sejam ordenadas em determinadas rotinas de trabalho e enquadramentos disciplinares, constrói conteúdos polissêmicos. O resultado disso é um produto simbólico, no caso a notícia/informação/conhecimento, formulado em percursos variados, inclusive, às vezes, de forma caótica, dispersa ou disciplinada que produz um saber marcado pela urgência das ocorrências cotidianas e que, embora pareça estar submetido à efemeridade temporal, articula relações com o tempo que transpõem a evanescência do presente e se situa num movimento de distensão entre passado e futuro.

Boa parte dos manuais de jornalismo no Brasil, com algumas diferenças, parte dos mesmos pressupostos apresentados pelo jornalista e professor Nilson Lage para esclarecer o que vem a ser a notícia naquilo que o autor define como “jornalismo moderno”, vejamos:

O relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; de cada fato, a partir dos aspectos mais importantes ou interessantes. Essa definição pode ser considerada por uma série de aspectos. Em primeiro lugar, indica que não se trata exatamente de narrar os acontecimentos, mas de expô-los. (LAGE, 2004, p. 16.)

Nela, destaco duas questões: a produção da notícia veiculada a uma idéia de fato como dado concreto a ser “revelado” pelo jornalista, e a sua estruturação como uma hierarquia de fatos dispostos em uma ordem de importância para, posteriormente, serem

expostos ao leitor. A proposta apresentada pelo professor Nilson Lage, nos faz lembrar as formulações historicistas, de influência francesa, que serviram para instituir o lugar da escola histórica metódica no século XIX, segundo a qual era preciso que a história construísse um método seguro para atingir o coração do acontecimento, fim último da narrativa histórica. No caso do jornalismo, no desenvolvimento dessa sistematização os projetos editoriais e os manuais das redações representam aspectos bastante relevantes.

Tais manuais esboçam um conjunto de formulações que procuram não somente racionalizar a prática jornalística, mas, sobretudo, construir um lugar de controle sobre a produção das notícias, numa tentativa de sistematização que autoriza o jornal a conceder uma reflexão sobre as ocorrências cotidianas. Percebe-se que ao divulgar suas estratégias de tratamento sobre eventos e informações o jornal procurava se apresentar como um lugar de interdição e autoridade, e por outro lado, anuncia-se como veículo transparente. Como podemos observar no primeiro projeto editorial, do ano de 1981, quando a *Folha de São Paulo* afirmava que:

O objetivo de um jornal como a *Folha* é, antes de mais nada, oferecer três coisas ao seu público leitor: *informação correta*, *interpretação competente* sobre essa informação e *pluralidade de opiniões* sobre os fatos. (PROJETO FOLHA, 1981; 2007)

A despeito de o jornal admitir que “[...] embora seja quase sempre impossível atingir a neutralidade absoluta. Ao contrário, isso é raramente factível [...]” (*Idem*) o tripé informação correta, interpretação competente e pluralidade, pretende conceder autoridade ao seu lugar de fala e legitimidade ao seu produto, já que considerava que “tomadas em seu conjunto”, estes pressupostos funcionavam “[...] como uma reprodução mais ou menos fiel da forma pela qual as opiniões existem e se distribuem no interior da sociedade” (*Idem*). Ao se apresentar como recurso de mediação necessário entre os eventos e os leitores, o jornal estimula uma necessidade e posteriormente, coloca-se como o próprio agente autorizado dessa medição.

Vejamos:

As edições devem conter informações úteis para o esclarecimento do leitor, mas para a sua vida concreta, prática. As pautas devem explorar os temas que mantenham relação real e imediata com a vida. [...] É fundamental que os textos partam sempre do pressuposto de que o leitor não está familiarizado com o assunto e pode nunca ter lido sobre ele antes. Tudo deve ser explicado, esclarecido e detalhado – de forma concisa e exata, numa linguagem tanto coloquial e direta quanto possível. (PROJETO FOLHA, 1986; 2007)

Ou ainda:

É preciso que o jornalista considere ainda que o simples ato de publicar uma acusação pode transmitir aparência de veracidade, o que implica uma espécie de julgamento a priori com a chancela do jornal. Para evitar prejuízos e execrações (MR-FSP, 2001, p. 27)

Nas citações acima, destacam-se dois pontos: primeiro, percebe-se de saída um conjunto de elementos que tentam direcionar a maneira sob a qual os leitores terão acesso à informação, nesse caso, institui-se formas de interdição que visam controlar a elaboração de sentidos sobre a notícia, pois, ao serem estabelecidas formas de apresentação e “esclarecimento” a informação é “selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996, p. 09).

Em segundo lugar, aparece de forma contundente o binômio verdadeiro-falso. A própria divulgação no recurso pressupõe o princípio da veracidade, daí o projeto advertir para os perigos de qualquer conteúdo que não esteja devidamente comprovado. Dessa maneira, parte-se sempre da afirmação do jornal como lugar de verdade que acaba por exercer um forte poder de coerção social, uma vez que “o simples ato de publicar [...] pode transmitir aparência de veracidade”.

O postulado da veracidade, por sua vez, ampara-se na idéia de fato trabalhada pelo recurso, ou mais precisamente de “fidelidade aos acontecimentos” (*Folha da Manhã*, op. cit., p. 134). Embora esse tema já tenha sido bastante discutido no campo comunicacional, irei retomá-lo por compreendermos que ele se manifesta como questão central na compreensão dos eventos narrados pelo jornal. Voltemos novamente à citação de Nilson Lage; uma vez que a notícia é uma ordenação sistematizada de fatos, como tal elemento é pensado? Entre o Programa de Ação das Folhas de 1948 e até o mais recente manual da Folha, atualizado em 2001, houve pouca mudança nessa definição, vejamos:

As Folhas noticiam tudo [...]. Não os inventam, não os omitem, não os alteram. [...] Sejam bons ou maus, agradem ou não a quem quer que seja, os fatos aparecerão sempre nas Folhas [...]. (*Folha da Manhã*, op. cit., p. 134)

No manual de 1984 destaca que: Fatos – São a matéria-prima de qualquer tipo de jornalismo. É mais valioso revelá-los do que relatar declarações a respeito deles; é mais importante noticiá-los do que interpretá-los. (MR-FSP, 1984, p. 39)

O verbete foi mantido nos manuais da *Folha de São Paulo* de 1987 e 1992, sendo excluído de 1996, contudo, o pressuposto de um fato ideal a ser alcançado e revelado, o significante original, fundador de significados é reafirmado nas quatro versões quando o verbete notícia é apresentado, como por exemplo, no manual atualizado em 2001.

Notícia: puro registro dos fatos sem opinião. A exatidão é o elemento-chave da notícia, mas vários fatos descritos com exatidão podem ser justapostos de maneira tendenciosa. Suprimir ou inserir uma informação no texto pode alterar o significado da notícia. Não use desses expedientes. (*Manual da Redação da Folha de São Paulo*, 2001, p. 88)

Dessa maneira, a notícia é organizada em um claro estabelecimento de hierarquização cujo conceito fundador “fato” figura como elemento predominante em um sistema de significação que tenta enquadrar a construção narrativa em limites de significados definidos. Tal constatação pode ser percebida na diferenciação feita entre “fato espontâneo”, “fato construído” e “notícia plantada” realizada no manual de 1996. Questões que, segundo o manual, devem ser objeto de atenção para o jornalista, uma vez que se intercalam a “[...] ordem natural dos fatos (2001, p. 24)” e uma necessidade de elaboração de fatos por pessoas, instituição ou grupos com “[...] o objetivo de conseguir sua entrada na mídia” (*Idem*). Contudo, adverte que um fato “[...] construído não quer dizer, no entanto, que ele seja menos verídico ou real que outros” (*Ibidem*).

É preciso chamar atenção que, ao mencionar o “fato construído”, não é ao seu caráter de elaboração narrativo ou discursivo que o recurso se refere, mas sim a uma ação deliberada, desencadeada com fins de ser noticiada no jornal. Mantém-se, portanto, a prerrogativa do fato como verdade primeira que, embora possa estar circundada por uma série de interpretações, ou versões, já que “[...] todo fato comporta mais de uma versão [...]” (2001, p. 39) será sempre em nome de seu conhecimento que o jornal deverá primar para que se registre “[...] sempre todas as versões para que o leitor tire suas conclusões” (*Idem*).

Difunde-se a ideia que é possível realizar a separação radical entre opinião e fato desde que o profissional se resguarde de certos procedimentos que deverão orientar sua atuação sobre os eventos, assim, o dado real e verdadeiro poderá ser relatado. Nestes termos, o jornalista deveria se “limitar” a apresentar os fatos ao leitor. Tomado como a matéria-prima na construção das notícias, a conceito funciona como o porto-seguro da informação, a existência concreta que dá legitimidade e aceitação à produção noticiosa, posto que, apresentar fatos concretos é a questão central de todo o trabalho.

A definição da notícia como sendo “[...] o puro registro dos fatos, sem opinião [...]” (*Manual da Redação da Folha de São Paulo*, 2001, p. 88) presente nos quatro Manuais da Redação da Folha, ainda permanece assentada em uma qualificação clássica de ordenação do processo cognitivo que separa sujeito e objeto do conhecimento

em lados distintos. Nesse caso, o fato a ser descrito pelo jornalista deve ser vislumbrando com o necessário distanciamento, pois “[...] o jornalista deve se abster de opinar ou emitir juízos de valor ao relatar um fato ou redigir uma notícia”. (*Manual da Redação da Folha de São Paulo*, 1992, p. 97)

Estimula-se a idéia de um objeto do conhecimento, ou seja, o fato apurado, que irá atuar sobre o jornalista fazendo com que a notícia, produto desse conhecimento, se torne quase o reflexo, ou cópia do objeto relatado. Com o pressuposto da verdade, necessariamente, agrega-se à notícia uma pretensão de objetividade e isenção como categorias intrínsecas ao trabalho jornalístico, demarcações fundamentais, pois, constrói-se uma idéia de informação legítima.

Certamente, não é somente a evocação do princípio da verdade que nos interessa nessa produção, uma vez que cada regime disciplinar se estrutura tendo ponto de partida tal elemento, mas é, principalmente, a construção do meio de comunicação como instituição produtora de verdade e que, a partir disso, tenta conduzir a forma sob a qual o conhecimento sobre as ocorrências imediatas são distribuídas na sociedade. Como adverte Foucault (1996, p. 18), “[...] essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção [...]”, como se pode constatar no projeto editorial de 1984:

Por interpretações competentes a respeito dos fatos entendem-se os comentários e análises redigidos por profissionais que, conforme os critérios adotados pelo jornal aliam o domínio sobre uma determinada área do conhecimento ou da atividade humana ao domínio sobre a técnica de escrever, combinando em seus textos ambas as habilidades. (PROJETO FOLHA 1984, 2007)

Nesse ponto, percebe-se como o recurso pretende construir uma rede de controle sobre formas distintas do conhecimento a fim de se apresentar como o lugar no qual todos podem se realizar, sendo, contudo, ordenados “conforme os critérios adotados pelo jornal”. No espaço dessas ordenações, o quesito objetividade se

manifesta como elemento tenso e contraditório. Se por um lado, os manuais da Folha mantêm desde 1984 o verbete objetividade definido por uma espécie de contra-argumentação, afirmando que:

Não existe objetividade em jornalismo. Ao redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções (*Manual da Redação da Folha de São Paulo*, 1984, p. 61)

No mesmo verbete, agora no manual atualizado em 2001, o jornal reproduz o texto do manual anterior chamando atenção que: “para *relatar* um fato com *fidelidade*, *reproduzir* a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa *encarar* o fato com distanciamento e frieza” (grifos nossos – *Manual da Redação da Folha de São Paulo*, 2001, p. 45).

Há, por conseguinte, um conflito entre uma série de aspectos na produção moderna da notícia a começar pela própria legitimidade do produto como mercadoria simbólica, cuja aceitação está diretamente ligada à sua possibilidade de apresentar “[...] fatos concretos” do cotidiano. Nesse caso, recorre-se ao estatuto, segundo o qual o jornalismo é por excelência lugar da formação da opinião pública, já que, segundo o manual da Folha “[...] sua força se mede pela capacidade de intervir no debate público e, apoiado em fatos e informações exatas e comprovadas, mudar convicções e hábitos. Mede-se ainda pelo número de exemplares que vende.” (*Manual da Redação da Folha de São Paulo*, 1992, p. 17)

Em 2001, quando a *Folha* completou 80 anos, a jornalista Maria Estela de Souza (80 anos da *Folha*: *Folha Online*, 2007), avaliava que este foi, sem dúvida, o ponto mais polêmico do projeto Folha: o de se assumir publicamente como produto de mercado, ao mesmo tempo em que, na visão da jornalista, causou uma verdadeira revolução entre os demais veículos de comunicação por se apresentar como “jornal isento, apartidário e profissional” respaldado pelo projeto; o que reforça, em termos implícitos, o ideal da objetividade garantido tanto pela implantação das rigorosas normas, como por uma total intolerância com aqueles que não se enquadrassem aos padrões da técnica.

[...] Ainda há um número considerável de jornalistas cuja qualificação profissional não está à altura das exigências colocadas pelo Projeto da *Folha*. Não há tempo nem condições materiais para *adestrá-los e prepará-los adequadamente*; terão que ser substituídos. A empresa terá que investir para viabilizar essas substituições e para remunerar melhor a maioria que permanecerá. (PROJETO FOLHA, 1984, 2007).

Sustentar a idéia de uma objetividade pura, em meio aos vários processos de conformação pelos quais passa a notícia, seria ignorar a própria ordenação do campo midiático o que, em termos atuais, é inconcebível, haja vista o reconhecimento dos limites que o demarcam. Por outro lado, abrir mão totalmente de tal preceito representaria colocar em xeque o lugar do próprio jornalismo como produtor de relatos fidedignos do real. Para suprir a clara fragilidade que o termo objetividade assume diante das pressões postas pelo universo no qual os recursos midiáticos se inserem, elege-se como meta o princípio do pluralismo:

Pluralismo – princípio editorial da Folha. Numa sociedade complexa, todo fato se presta a interpretações múltiplas, quando não antagônicas. O leitor da Folha deve ter assegurado seu direito de acesso a todas elas. Todas as tendências ideológicas expressivas da sociedade devem estar representadas no jornal. (*Manual da Redação da Folha de São Paulo*, 1992, p. 20)

Essa conduta atuaria como resposta ao problema das “posições pessoais, hábitos e emoções” que inevitavelmente interfeririam no processo de sistematização dos fatos. Porém, há na proposta uma dupla problemática: primeiro confundir polissemia interpretativa com conduta plural, sobretudo quando consideramos que o próprio recurso que fala de um dado lugar social, apresenta-se como mercadoria o que, de certa maneira, já delimita seus horizontes de atuação. Segundo, imaginar que, ao trazer a tona um fluxo ininterrupto de informação sobre um dado evento seria oferecê-lo a partir de todos os seus ângulos, principalmente, se considerarmos que os ângulos

apresentados são conformados por elementos que nada têm haver com o evento narrado, posto que há sempre um enquadramento subjacente associado a interesses postos em um dado momento.

Percebe-se como o princípio carrega em si, o mesmo ideal do anterior, pois, se a postura objetiva não poderia ser alcançada como sendo produto de um único relato – pretensão sempre malograda – o pressuposto do pluralismo parece querer sugerir que, por trás da poeira de todas as “múltiplas interpretações”, assegurar-se-ia a verdade cumulativa, cujo somatório viria a construir um ponto de isenção e imparcialidade ideal. Ambição que remete por sua vez, aquelas ensejadas pela própria concepção histórica historicista e a crença em uma verdade histórica progressista.

Ou, de outra forma, a intenção a uma posição supra-ideológica que seria alcançada pelo jornal, simplesmente, pelo fato de considerar que, a partir da implantação de seus projetos editoriais, toda “[...] ideologia política deveria ceder lugar à formulação de uma ideologia jornalística”, afirma a jornalista Maria Estela de Sousa em 2001 (*op. cit.*), como se fosse possível a formulação de uma “ideologia jornalística” compreendida como um lugar acima de todas as outras ideologias, uma espécie de campo livre das influências sociais e políticas. Princípios norteadores do pensamento do historicismo metódico; aquele que se amparava na ideia de uma verdadeira depuração do acontecimento histórico a partir da aplicação de uma rigorosa abordagem metodológica.

Em suas quatro versões, o manual da redação do jornal *Folha de São Paulo*, ao apresentar o verbete “o outro lado”, orienta o “relato” da notícia para que se encontre o “fato comprovado, relevante e novo”, reafirmando que, “[...] todo fato comporta mais de uma versão” (*Manual da Redação Folha de São Paulo*, 1984, p. 64). Em 1987, acrescenta que “[...] a *Folha* deve sempre tentar ouvir todas as possíveis versões de um fato [...]” (*Manual da Redação Folha de São Paulo*, 1987, p. 118), para que, finalmente, segundo o *Manual* de 1992, “[...] o leitor tire suas conclusões” (*Manual da Redação Folha de São Paulo*, 1993, p. 39).

Faz parte da filosofia editorial da *Folha* poupar trabalho a seu leitor. [...] O jornal deve relatar todas as hipóteses sobre

um fato em vez de esperar que o leitor as imagine. Deve publicar cronologias, biografia e mapas em vez de supor que o leitor vá recordar ou pesquisar por conta própria. Deve explicar cada aspecto da notícia em vez de julgar que o leitor esteja familiarizado com eles. Deve organizar temas de modo a que o leitor não tenha dificuldade de encontrá-los ou lê-los. (*Manual da Redação da Folha de São Paulo*, 1992, p. 19)

Todo o trabalho de sistematização da notícia se estabelece como uma tentativa de controlar os usos do leitor sobre a informação veiculada, o que de certa maneira acaba por expor a fragilidade do princípio da pluralidade. Embora se parta do princípio de que todas as versões estão disponíveis para que o leitor, por si mesmo, realize seu trabalho de reflexão sobre o que lhe é informado, há um trabalho constante de interdição e ordenação sobre o conteúdo disponibilizado.

Escrever o acontecimento emblemático para o presente e a história para o futuro

Até aqui, realizei a reflexão sobre três aspectos que considero como fundamentais no processo precede a escritura do acontecimento na cena pública: as definições de fato, veracidade e pluralidade. Por sua vez, cada um desses elementos comporta outra série variada de elementos que serve para ordenar as ocorrências cotidianas em hierarquizações complexas de conteúdos que irão se tornar as notícias em possíveis acontecimentos emblemáticos na etapa seguinte da inscrição, quando os eventos serão tratados como resíduos e monumentos em uma dada sociedade.

Organiza-se, por assim dizer, uma escritura do imediato, que significa as ações cotidianas em sistemas de conformações ideológicas, linguísticos e sociais. Contudo, tal ordenação nunca ocorre em via única. Os meios de comunicação partilham com seus usuários de um arcabouço cognitivo e pragmático que se situa na própria materialidade das relações cotidianas.

Portanto, nesse ponto destaco alguns dos componentes que acabam por conceder a alguns eventos uma ordenação mais profunda de sentidos que possibilitarão que parte dessas notícias se destaque das demais e se torne objeto de uma futura inscrição histórica. São conformações que atuam diretamente sobre aspectos de significação temporal. Tornam-se objeto de distensão entre o passado, presente e futuro. Toda notícia, carrega portando, uma tripla temporalidade.

Na produção da notícia, alguns elementos acentuam a tensão entre a evanescência e a permanência de seus conteúdos no tempo. Configuram-se categorias temporais ordenadas de maneira a influenciar para que um dado evento consiga transpor a condição de efemeridade e se situe como objeto de apropriação para além do momento de sua “acontecência”. Certamente, estes pressupostos não são suficientes para determinar o que será ou não um acontecimento histórico para uma dada sociedade, todavia, podem atuar como poderosos elementos de configuração de ocorrências emblemáticas. Dessa forma, irei enfrentar aqui o problema da definição de acontecimento, que, como veremos é bastante diferente do conceito de fato.

É preciso distinguir três momentos-chaves nesse percurso: o primeiro é aquele que me reportei anteriormente: quando se mantém um palco preparado para enquadrar e significar as ocorrências cotidianas há, portanto, uma predisposição interpretativa que se antecipa ao evento. É o tempo e o mundo das estruturas de agenciamento que se organizam antes da acontecência que no futuro tornar-se-á a protagonista da construção narrativa.

O segundo é o espaço da imprevisibilidade, o momento no qual o evento se manifesta na cena pública, ou seja, a matéria-prima do inesperado, aquilo que “[...] provoca um corte na trama dos nossos hábitos, das nossas rotinas diárias, dos nossos projetos, das nossas recordações” (RICOEUR, 1991, p. 41-55). O lugar da existência material e a circunstância do tempo específico da ocorrência.

O terceiro momento é aquele no qual o evento é aprisionado em um, ou vários ciclos que ordenam significados diversos sobre ele; torna-se, por conseguinte, acontecência conceitual, acontecimento midiático – e dependendo de suas apropriações acontecimento emblemático ou histórico – marcado por disputas

de qualificação que fazem com que recaiam sobre ele diversas outras temporalidades e sentidos. É quando o que é surpreendente perde sua excepcionalidade, sobretudo, porque múltiplas relações causais começam a ser associadas a ele, numa tessitura geradora de sentidos no tempo, “[...] uma narrativa que integra o acontecimento num ‘todo contextual’” (RABELO, 2006, p. 20).

Os meios de comunicação trabalham com ideias gerais de acontecimentos e isso de certa forma está previsto em seus manuais, ou seja, os elementos de qualificação utilizados para se referir a determinados “modelos” de acontecimento tidos como universais previamente qualificados.

Entre a segunda metade dos anos noventa e a primeira década de 2000, o jornal *Folha de São Paulo* se tornou um dos mais importantes veículos de discussão política no país. O afamado Projeto Folha já havia se firmado e, em termos de inserção nacional, poucas referências ainda associavam a história do jornal ao Golpe de 1964. Entre todos os grandes veículos de comunicação que apoiaram os militares, certamente o grupo *Folha* foi o que melhor soube desvincular sua imagem do episódio, tornando-se um dos seus principais debatedores na primeira década do século XXI.

Nesse período, passaram por suas páginas um sem número de influentes intelectuais e colaboradores que ajudaram a construir uma visão quase mitificada do jornal como espaço isento e apartidário, além de referência entre meios acadêmicos e políticos. Acrescenta-se a isso o fato de uma agressiva estratégia de marketing (com utilização de outras mídias, como propagandas em rádio e televisão) ter auxiliado na popularização do jornal nacionalmente. Exemplo dessas campanhas foi o premiado comercial “Hitler”, de 1988, cuja mensagem principal é bastante significativa sobre o papel que o jornal constrói para si na condução da informação no país:

[...] É possível contar um monte de mentiras dizendo só a verdade, por isso é preciso tomar muito cuidado com a informação e o jornal que você recebe. Folha de São Paulo, o jornal que mais se compra e o que nunca se vende⁵.

Situação que nos faz lembrar as observações feitas por Certeau (2002, p. 68) sobre a construção da legitimidade do historiador para

tratar do passado num momento em que “o privilégio negado às obras controláveis foi transferido para um grupo incontrolável”. Da mesma forma, o jornal acabou por se tornar uma referência que pretendeu se colocar fora do alcance de todas as críticas, pois apesar das fragilidades e contradições daquilo que se produzia nele, exaltava-se seu lugar quase suprassocial para informar sobre todos os temas.

Nas efemérides de trinta e quarenta anos do golpe, a *Folha* esteve à frente na organização de debates e na convocação de vários personagens para discutirem e explicarem os significados do episódio, o que resultou numa intensa produção de textos e matérias que culminaram em bons exemplos dessa escrita histórica elaborada em suas páginas. Passemos a analisar como a *Folha* qualifica o Golpe de 1964 a partir de seus manuais. Antes disso, é preciso que eu chame atenção que o momento de implantação do Projeto Folha e de seus manuais coincide exatamente com a mudança de postura do jornal diante do evento, no qual começa também a produzir uma a resignificação do apoio à sua realização.

Dessa forma, deparamo-nos aqui como o momento em que o acontecimento já se manifesta como inscrição memorável é quando também a *Folha* se engaja na defesa de outro acontecimento que será capital para que ela própria inscreva seu papel como veículo defensor da democracia; estou me referindo à campanha das Diretas, em meados dos anos 80.

A campanha Diretas-já faz parte da história brasileira. Faz parte, também, da história da Folha, que aderiu à campanha em novembro do ano passado e foi o primeiro grande meio de comunicação a fazê-lo. De novembro até a votação da emenda Dante de Oliveira, em abril, o jornal experimentou uma mobilização interna sem precedentes. Externamente, disseminou e consolidou o prestígio público acumulado nos anos anteriores. Impôs-se, ao país inteiro, como uma das principais forças formadoras de opinião pública. Conquistou um importante crédito de confiança junto à sociedade civil. Antes da campanha, era difícil ignorar a Folha; depois dela, tornou-se impraticável. (PROJETO FOLHA 1984; 2007)

Com o episódio das Diretas, o jornal consegue desvincular quase totalmente sua imagem do acontecimento de 1964. Vinte anos mais tarde, no projeto editorial de 1984, como constado acima, marca uma separação entre sua memória de apoio ao Golpe, e agora defensor da democracia. Mas voltemos à questão de como o golpe é apresentado em seus manuais; vejamos como o jornal o aborda a partir de três verbetes exemplares:

Ditadura – use com critério este termo para designar a dominação de uma sociedade por uma pessoa ou um pequeno grupo. É melhor qualificar regimes autoritários de forma objetiva: governo militar; regime cujo presidente está no poder a 25 anos; regime de partido único. Não use a expressão ditadura militar nem revolução de 64 para designar o movimento militar ocorrido no Brasil naquele ano (MR-FSP, 1992, p. 70)

Movimento militar – O de 1964 no Brasil, deve ser designado por essa expressão, e não por ditadura ou Revolução. (*Idem*, p. 92)

Revolução de 64 – Não use esta expressão para designar o movimento militar que ocorreu no Brasil naquele ano. (*Idem*, p. 108).

A partir dos verbetes, o acontecimento é submetido a um trabalho de despolitização que tenta retirar-lhe o potencial de divergência e tensão, já que “é melhor qualificar regimes autoritários de forma objetiva”. Nesse caso, predomina a idéia de acontecimento, cujo núcleo central se constitui em “fatos concretos”, e deve ser tratado como dados a serem revelados. Imprimir-lhe a ilusão de acontecimento puro, não conceituado, pois, defini-lo por conceitos como ditadura ou revolução seria situá-lo em algum pólo da discussão. Contudo, a escolha pelo termo “movimento militar” embora aparente uma pretensa neutralidade, claramente favorece a atuação dos militares, posto que, minimiza política e socialmente os efeitos do evento.

Sua condição de produto fabricado, tornado mercadoria distribuída amplamente, reforça o trabalho de seleção feita em meio à infinidade de ocorrências cotidianas que, sem uma divulgação articulada em uma rede de significações, facilmente se perderia em meio ao caos acontecimental, como destaca o próprio manual da *Folha* de 2001:

São atitudes fundamentais que antecedem a elaboração da pauta, que é a seleção refletida dos fatos que serão investigado pelos jornalistas, efetivamente publicado como notícia no jornal e transmitidos organizadamente ao leitor (*Manual da Redação da Folha de São Paulo*, 2001, p. 19)

Embora esse produto esteja sempre submetido a uma série de conformações que o fazem ser o que é, ao se dar ao mundo, é que a notícia, às vezes, instaura um elemento de ruptura no cotidiano. É o momento no qual ela é vinculada como sendo o “[...] fato comprovado, relevante e novo” (*Manual da Redação da Folha de São Paulo*, 1992, p. 27); a “novidade”, que pode subverter continuidades, redefinir posições de poder em um dado contexto sóciopolítico, mas que também pode servir para reforçar lugares estabelecidos ou, simplesmente, tornar-se esquecimento conforme se desenvolvam seus processos de apropriação e construção de sentidos. Os conteúdos vinculados demarcam e dão a ver formas de comportamentos na medida em que podem intermediar maneiras de percepção do real, bem como, denunciar a circulação de narrativas partilhadas em espaços histórico-culturais dispersos.

A sistematização dos conteúdos jornalísticos ampara-se em uma vontade de verdade que auxilia a construção de uma dada legitimidade social de seu discurso e de suas narrativas. Se os recursos se apresentam como lugares evocadores da verdade, elaboram para si, conseqüentemente, lugares de poder, uma vez que se manifestam como mecanismos autorizados a falar, assim como, interditar outras vozes.

Todavia, a verdade pretendida por tais recursos visa transpor os domínios do momento de sua reflexão sobre os acontecimentos que narra, especialmente quando estes colocam em cena aquilo que eles definem como sendo “fatos de incontestável interesse geral”

(*Manual da Redação da Folha de São Paulo*, 2001, p. 21), conforme define o mesmo manual:

[...] os acontecimentos que podem modificar as estruturas políticas, econômicas e culturais de uma cidade, de um país ou do mundo, afetando a história de uma comunidade, de um povo ou de toda a humanidade – como a queda do Muro de Berlim, o impeachment de um presidente, a eleição de um prefeito. (*Idem*)

Deparamo-nos com uma vontade de verdade que se pretende histórica. Aquela que objetiva fundar marcos memoráveis e a instituir uma clara articulação temporal entre as tensões das ocorrências do presente e as orientações para o futuro. Dessa maneira, efetiva-se ainda uma tentativa de significação sobre o passado, posto que, define padrões de representação histórica para as eventualidades que narra. Sua atuação trabalha não somente com a ideia de uma informação necessária ao presente, mas como conteúdos que pretendem direcionar referências futuras. A necessidade de atribuir a algumas circunstâncias cotidianas status de fenômenos memoráveis coloca em cena a pretensão de uma ordenação de um tempo que se situa além do presente, exatamente por isso o passado é evocado como elemento de legitimação ou justificativa para os eventos imediatos.

É dessa forma que se apela à chamada contextualização como elemento capital na instauração de uma dada condição de permanência temporal do evento narrado, capturando e agregando-o em uma rede de significação. Vejamos como o manual orienta o processo de contextualização:

Nenhuma sem que se desenvolva a relação dos fatos com contextos variados e pertinentes, a fim de oferecer ao leitor os nexos históricos, sociais, causais, estatísticos e culturais da notícia. Quando mais nexos a pauta for capaz de estabelecer entre as notícias e os assuntos mais rica será a reportagem. [...] Um maior número de nexos surgirá entre os fatos quanto maior for também o número de fontes de que se dispõe, sejam elas pessoas ou documentos. (*Manual da Redação da Folha de São Paulo*, 2001, p. 23)

A partir dessa prerrogativa, há um trabalho de seleção que transita entre acaso e controle. Diante da ilimitada avalanche de ocorrência que saturam o cotidiano, alguns eventos são selecionados e, por vezes, identificados por seu potencial de comoção e apelo social, mais do que isso, são assim narrados, o que os transforma em um poderoso capital simbólico no jogo de disputas de poder e construção de memórias e marcos históricos. Nesse jogo estabeleceu-se um movimento discordante/concordante que é contínuo, como chama atenção Ricoeur (1991, p. 50), tudo ocorre entre uma “necessidade retrospectiva” e uma “contingência prospectiva”. Como chama atenção Rabelo (2006, p. 21), em tal movimento o acontecimento é “simultaneamente explicável e explicativo”. Efetivando-se entre o contexto do passado e a tentativa de domínio sobre o futuro. “Explicável pela produção de histórias que origina. Explicativo pelo poder que transporta, enquanto revelador daquilo que ele (trans)forma, ou pode (trans)formar, nas pessoas e nas coisas” (*Idem*).

Por exemplo, segundo o manual da *Folha* (1992, p. 17); a força de atuação do jornalismo seria sentida nomeadamente por sua “[...] capacidade de intervir no debate público e, apoiado em fatos e informações exatas e comprovadas, mudar convicções e hábitos” (*Manual da Redação da Folha de São Paulo*, 2001, p. 15). Dessa maneira, segundo o projeto editorial de 1997 os jornais contemporâneos funcionariam como “âncoras de referência geral” em nossos dias uma vez que não adiantaria apenas “organizar a informação inespecífica, aquela que potencialmente interessa a toda a pessoa alfabetizada”, mas sim, “garantir seu trânsito em meio à heterogeneidade de um público fragmentário e dispersivo.” (*Idem*)

Certamente nesse amálgama subsistem interesses diversos, destacando-se o próprio lugar social exercido por um veículo como a *Folha de São Paulo* e o auto-reconhecimento como produtor de um conteúdo que é vendido a partir de uma lógica mercadológica rígida, o que o situa ideologicamente em seu meio. Em 1997, o jornal adverte que exerce sua função com um profissionalismo independente, “[...] submetido apenas às forças de mercado” (*Manual da Redação da Folha de São Paulo*, 2001, p. 13).

Para o jornal, nas duas últimas décadas do século XX a “dualidade política foi substituída pelo consenso”, posto que, “uma

só superpotência impôs seu predomínio ao mundo”. (*Manual da Redação Folha de São Paulo*, 2001, p. 10) Nesse caso, a defesa do Grupo do capital e do mercado é tão contundente que os vislumbra como estágio último do desenvolvimento econômico e social humano, vejamos:

Com pouca variação de grau, há uma só receita econômica (o mercado) uma só fórmula institucional (a democracia), num mundo que tende inevitavelmente à “globalização. Pois não se trata de um sistema estanque, mas que se propõe a enquadrar toda diversidade étnica ou cultural num mesmo modelo, já batizado como “fim da história”, desde que cumpridos os preceitos da livre competição e da técnica. (*Idem*)

65

O breve trecho nos dá a ver uma visão temporal claramente linear e teleológica, sendo o capitalismo o estágio final em um processo que “tende inevitavelmente à ‘globalização’”. Sua defesa aberta de uma ideologia liberal-capitalista evidencia em termos de conhecimento histórico, uma ideia de fim de processo histórico, sendo necessário apenas corrigir distorções pontuais que se apresentam nessa conjuntura. Embora não possamos desconsiderar a importância fundamental que essa visão de mundo exerce sobre a forma que esse grupo de mídia constrói e difunde suas informações, não é menos importante considerar que sua ação o insere em um sistema de pensamento mais abrangente de significação que ordena percepções sobre o tempo que são bastante complexas.

Podemos dizer que são estruturas de significação cultural e simbólica; uma rede de relações e inter-relações que define a própria postura diante da realidade, assim como a própria noção desta. Realidade que em si não pode ser apreendida a não ser através dessa teia de construções que concedem explicações e sentidos às informações, de maneira que leitores, telespectadores e produtores partilhem de formas de compreensão do mundo que possibilitam a inteligibilidade do que é comunicado.

Como nos lembra Ricoeur, é o mundo das experiências temporais no qual concorrem vários signos e símbolos e é, partindo dessa compressão, que a explicação sobre os eventos começa a

ser ordenada e elaborada em uma dimensão narrativa; situada, portanto, na ação, na densidade complexa da vivência humana em seus aspectos e riqueza. É o mundo no qual os meios de comunicação buscam referências para a ordenação de seus conteúdos, sem ele a informação dificilmente poderia se tornar um todo coeso e inteligível; verossímil. Como sugeriu Ricoeur em relação à construção narrativa, consideramos que, quando qualquer acontecimento é narrado, antecede-lhes um agenciamento ancorado em três elementos fundamentais: estruturais, simbólicos e temporais.

Quando um dado acontecimento entra no circuito midiático, ele é submetido em um jogo de regulações culturais que o situa a partir de normas que são ordenadas no campo das ações humanas. Para que a acontecência ultrapasse a condição da efemeridade diária e se torne acontecimento memorável e exemplar, é necessário que subsista em sua formulação três dimensões fundamentais: a factual, a monumental e a teórica, numa adequação de posições que é ao mesmo tempo caótica e refletida, ou para nos referirmos novamente aos argumentos de Paul Ricoeur, discordante/concordante.

O acontecimento tem sua dimensão factual, na medida em que é uma ocorrência desencadeada em uma sociedade num dado contexto temporal; um produtor de rastros. É o que remete ao pragmatismo das ações humanas, aquilo que está imerso no grande amálgama de eventos que ocorrem cotidianamente como algo pensado ou imprevisível. É o que nos possibilita falar em uma dada existência, sobretudo, porque temos acesso aos seus vestígios e, é somente a partir deles, que podemos nos comunicar com essa temporalidade que não mais existe.

Em seu segundo momento, o acontecimento pode tornar-se monumental uma vez que transpôs seu contexto temporal através dos seus rastros. A sua sobrevivência em registros representa escolhas sociais e culturais para fundar uma determinada memória coletiva⁶. Isso demonstra uma preocupação em preservar e perpetuar a memória sobre um dado evento. É necessário chamarmos a atenção que tal escolha nunca é neutra ou ingênua, como bem nos lembra Le Goff (1990), todo monumento é uma tentativa de edificação, de instituição de marcos que possam sustentar um dado arcabouço cognitivo e simbólico de constituição memorial.

Por última, em sua dimensão teórica, o acontecimento se apresenta como objeto de reflexão numa tentativa de sistematiza metodológica e conceitual. Uma vez preservado em rastros, tornado monumento da memória de uma determinada sociedade, tal acontecimento será apropriado de várias formas num processo de leitura que é contínuo. Seu conjunto monumental pode ser transformado em documento e fonte para elaboração de explicações e argumentações que são compostas em outros contextos sociais e temporais. Nesse esforço de compreensão e explicação, entram em cena conjecturas, interrogações, problemas e conclusões que são muito diferentes do acontecimento em si. Assistimos à metamorfose do evento em acontecimento midiático em uma face memorável e/ou histórica, num processo de reatualização do passado pelo presente que lhes acrescenta elementos subjetivos e simbólicos de outras temporalidades.

Considerações finais

Neste artigo procurei formular os elementos introdutórios de um processo nomeado aqui de operação midiográfica. A ênfase nos manuais de redação e projetos editoriais do jornal *Folha de São Paulo* teve o objetivo de demonstrar como, mesmo antes de qualquer evento se apresentar na cena pública, já existem sistemas de conformação que os aguardam a fim de absorvê-los em determinadas cadeias explicativas e, é assim, que funcionam as definições de acontecimento, verdade, pluralidade, objetividade.

Há, portanto, categorizações de hierarquias que sistematizam os tipos de ocorrência a serem tratadas como notícia. Procurei demonstrar também que mesmo nesse momento, existem determinadas ações que ajudam a conceder a tais eventos, profundidade histórica e inscrição temporal. Ao indicar como procedimento necessário na apresentação das notícias, o exercício da contextualização, ou a posição apriorística sobre como alguns eventos devem ser qualificados, o jornal pretende atuar sobre aqueles acontecimentos que segundo ele, “podem modificar as estruturas políticas, econômicas e culturais”.

Entretanto, o alcance real dessa operação somente se manifesta na ocorrência material do evento em um dado espaço-temporal, a partir desse momento, novos elementos ligados ao próprio momento de efetivação do episódio, entram em ação, demonstrando muitos outros lugares de sistematização que estão diretamente ligados à pragmática das ações.

Manifesta-se, portanto, uma troca de patrimônio que é ao mesmo tempo memorial e cognitiva, linguística e ideológica, pois, os meios de comunicação atuam como lugares de experiência, ao mesmo tempo, interpretam e reconfiguram tal experiência. Desta maneira, é preciso levar em consideração que subsistem em suas formulações diversos fluxos de sentido que obedecem a interesses, visões de mundo, posturas políticas que colocam em evidência tanto dimensões superficiais como subterrâneas dessa própria experiência. Tal constatação nos leva a considerar que a própria produção do conhecimento histórico, entendido como atividade ordenada por um campo disciplinar, assuma hoje novos aspectos em nossa sociedade, isso mesmo porque talvez a própria idéia de campo não consiga mais explicar a produção de um saber que transita em uma tripla fronteira: a mídia, a memória e a história.

THE MEDIA, MEMORY AND HISTORY: THE WRITING OF THE NEW HISTORICAL EVENT

Abstract: This article discusses elements of the process of historical writing of the media, a process here called Operation Midiografic. This concept aims to systematize the interconnections between media, history and memory. The concept analyzes the formulation of public events and its subsequent inclusion as memorable instance in the temporality. This paper emphasis will be on the elements that precede the development of the news itself. For this, we analyzed writing manuals and editorial projects of the newspaper Folha de São Paulo in order to demonstrate that this production carries elements of both traditional historiographical field, such as produces their own assumptions.

Keywords: Midiografic Operation. Media. History and memory.

Notas

¹ Este artigo aborda parte das discussões desenvolvidas em minha tese de doutorado, defendida em 2011, na Universidade Federal Fluminense intitulada: *A Operação Midiográfica: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964.*

² SCLiar, Moacir. *24 horas de ação* – acompanhe um dia da edição de um jornal In olha 80 anos, Folha Online, disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/>>. Acesso em: 27 set. 2007.

³ Moacir Scliar, até seu falecimento, em 2011, foi colaborador e colunista do jornal Folha de São Paulo.

⁴ O conceito de Operação Midiográfica constitui-se o elemento central de minha tese de doutorado. Com o estudo do grupo Folha e o Golpe de 1964, descrevo um processo de produção do acontecimento emblemático contemporâneo e sua posterior monumentalização no tempo realizado através dos meios de comunicação. O Golpe de 1964 foi estudado em vários ciclos narrativos no *Jornal Folha de São Paulo*, desde sua escritura na cena pública em 1964 até seus vários retornos em efemérides como 1974, 84, 94 etc. Embora eu apresente aqui alguns elementos introdutórios do conceito, meu foco será apenas a primeira parte desse processo, ou seja, os elementos que informam a produção dos acontecimentos antes mesmo deles existirem como ocorrência pragmática no cotidiano. Cf. MENESES, Sônia. *A Operação Midiográfica: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964.* Tese Doutorado. Niterói. UFF, 2011.

⁵ A propaganda pode ser vista na íntegra no endereço <<http://www.youtube.com/watch?v=6t0SK9qPK8M>> Acesso em: 09 nov. 2011.

⁶ Aqui nos referimos, sobretudo, às diferenciais postas por Jacques Le Goff a respeito das relações monumento e documento.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

HALL, Stuart. *Da Diáspora – identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2006.

HARTOG, François. *Regime de Historicidade*. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dl/heros/excerpta/hartog.html>> Acesso em: 08 mai. 2006

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. São Paulo. Editora Ática. 2004.

MANUAL GERAL DA REDAÇÃO FOLHA DE SÃO PAULO – 1984. 1ª. Ed. São Paulo. FSP. 1984.

MANUAL GERAL DA REDAÇÃO FOLHA DE SÃO PAULO – 1987. 2ª. Ed. São Paulo. FSP. 1987.

MANUAL DA REDAÇÃO FOLHA DE SÃO PAULO 2001 – São Paulo. Publifolha. 2001.

MENESES, Sônia. Os historiadores e os “fazedores de História”: lugares e fazeres na produção da memória e do conhecimento histórico contemporâneo a partir da influência midiática. *Revista OPSIS*. v. 7, n. 9, julho/dez 2007. Goiânia. UFG. 2007

_____. 1964, o ano de uma notícia indelével: A construção memorial do Golpe militar no Brasil entre a mídia, a memória e a história. São Paulo, Uninove. *Revista Cenários da Comunicação*, 2009.

_____. As Faces de Hécate: Literatura, Mídia e História formas narrativas na produção do acontecimento na sociedade contemporânea. Santa Catarina. *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia*. (UFSC), 2009.

_____. Passageiros entre palavras vulgares: pensar o tempo presente entre a mídia, a memória e a história. *História Agora* - a revista de História do tempo presente. Disponível em: <http://www.historiagora.com/index.php?option=com_content&task=section&id=9&Itemid=60> Acesso em: 25 ago. 2009.

NOVO MANUAL DA REDAÇÃO DA FOLHA DE SÃO PAULO – 1992. 2ª. Ed. São Paulo. FSP. 1992.

RABELO, José. Os acontecimentos midiáticos como actos de palavra. Sevilha, *Revista científica de información y comunicación*, n. 3. 2006.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomos I, II, III, São Paulo: Papyrus Editora, 1997.

_____. *História e Verdade*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

_____. Événement et sens, In *Raisons Pratiques*, n. 2 l'événement en perspective, Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. 1991.

RÜSEN, Jörn. Razão Histórica – *Teoria da história*: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UNB, 2001.

_____. *A Memória, a história, o esquecimento*. São Paulo. Ed. Unicamp. 2007.

THOMPSON, John B. *Mídia e Modernidade: uma teoria social da mídia*. São Paulo: Vozes, 2004.

SCLIAR, Moacir. *24 horas de ação* – acompanhe um dia da edição de um jornal In Folha 80 anos. Folha Online. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/>> Acesso em: 27 set. 2007

TANCREDO NEVES ESTÁ MORTO; CORPO É VELADO NO PLANALTO; SARNEY REAFIRMA MUDANÇAS – EDITORIAL – Folha de São Paulo, segunda-feira, 22 de abril de 1985.

VIZEU, Alfredo. *O jornalismo e as “teorias intermediárias” cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimento organizacionais e as perspectivas da análise do discurso (AD)*. BH/MG: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (anais eletrônicos) 2 a 6 de set de 2003.

Recebido em: 05/07/2012

Aprovado em: 11/07/2012